

RECREAÇÃO E LAZER NA PRAÇA FARIA NEVES: DESAFIOS PARA A GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO PATRIMONIAL NO RECIFE

Recreation and leisure at Faria Neves Square: challenge for management conservation of a public and heritage space in Recife, Brazil

Ana Betânia de Souza Pimentel Martins*

Juliane de Lima Barros**

Ana Rita Sá Carneiro***

Caio Augusto Amorim Maciel****

***Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Recife, Pernambuco**
anabetamb@yahoo.com.br

****Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Recife, Pernambuco**
ju.limabarros@gmail.com

*** **Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Recife, Pernambuco**
anaritacarneiro@hotmail.com

******Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Recife, Pernambuco**
camorim3@terra.com.br

RESUMO

A Praça Faria Neves, situada no bairro de Dois Irmãos, no Recife, é um jardim histórico tombado, em 2015, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional junto a outras cinco praças projetadas pelo paisagista Roberto Burle Marx. Foi criada prevendo o uso para o lazer, como a contemplação e a recreação infantil, se constituindo em uma antessala do Parque Estadual Dois Irmãos, extensa área vegetada onde está situado o zoológico. Contudo, com as transformações urbanas vivenciadas nos espaços públicos da capital pernambucana, percebe-se que emergiram novas possibilidades e demandas de uso da praça, o que se torna um desafio a ser enfrentado pelos gestores públicos, ainda mais agravante pela sua condição de monumento histórico. Apoiado no conceito de espaço público e nos princípios da conservação integrada, o presente trabalho buscou, através da observação direta *in loco* das atividades na praça, registro fotográfico e ainda da aplicação de entrevistas com moradores do entorno, identificar as principais atividades de recreação e lazer desenvolvidas na referida praça, bem como apontar, de forma preliminar, algumas diretrizes para gestão compartilhada desse jardim histórico e espaço público de lazer da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Espaço público. Jardim Histórico. Praça Faria Neves. Gestão. Lazer.

ABSTRACT

The Faria Neves Square located on the Dois Irmãos neighborhood at Recife city, is a historic garden, protected by the National Institute of the Artistic and Historic Patrimony in 2015, with five others designed by the landscape designer Roberto Burle Marx. It was created providing for leisure, such as contemplation and children's recreation, as a hall to Dois Irmãos State Park, an extensive green area where the zoo is located. However, because of the urban changes on the public spaces, new possibilities and demands have emerged as a challenge for public managers, mainly because they are historic heritage. Based on the concept of public space and on the principles of integrated conservation, this paper aims to identify the main recreation and leisure activities developed in that square, as well as to point out, in a preliminary way, some guidelines for a shared management of this urban historic garden.

Keywords: Cultural Heritage. Public Space. Historic Garden. Faria Neves Square. Management. Leisure.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a relação entre patrimônio cultural e gestão do espaço público é mais complexo do que parece. A riqueza do debate parte não só da própria definição conceitual do que seja patrimônio e espaço público, mas da prática: nem todo espaço da cidade que é reconhecido oficialmente como patrimônio é público; existem os bens tombados de propriedade privada. Há, também, em Recife, exemplos de áreas públicas (de propriedade do Estado) que abrigam bens tombados, isto é, bens do patrimônio cultural, mas que não oferecem, por exemplo, acesso livre ao cidadão, fato que se mostra como prerrogativa dentre as possibilidades de se pensar espaços públicos que são bens patrimoniais. Em alguns casos, ocorre justamente uma apropriação seletiva e privativa desses locais, como demonstra o processo de gentrificação¹ de parte do Bairro do Recife, após seu tombamento e revitalização (LEITE, 2008).

Nessa perspectiva, o tombamento dos jardins projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx no Recife, e em especial, o jardim da Praça Faria Neves, nosso objeto, se constitui em um espaço que reúne várias características de um espaço público patrimonializado, pois se apresenta como espaço aberto e largamente utilizado para o lazer pela população da cidade e pelos visitantes da praça e do Parque ambiental adjacente como será visto mais adiante. Por isso também levanta a discussão de como desenvolver formas de conservação que conciliem a continuidade do uso público dos espaços tornados patrimônio, sob a chancela do Estado, ao mesmo tempo em que se garanta a integridade do bem cultural.

No presente estudo pretende-se compreender essa relação entre o uso do espaço público e a gestão do patrimônio a partir: da identificação das atividades culturais mais frequentes na Praça Faria Neves e da compreensão do reconhecimento desse jardim como um bem patrimonial. A partir disso, é possível apontar, de forma preliminar, algumas diretrizes inspiradas em princípios da conservação integrada, para uma gestão democrática daquela que é também um jardim histórico tombado, em nível federal.

Para isso realizou-se levantamento bibliográfico a respeito dos conceitos de jardim histórico e espaço público, assim como o arrolamento documental sobre instrumentos vigentes de normatização do uso da praça no contexto da gestão urbana. Entre os procedimentos metodológicos adotados em campo estão as visitas técnicas à praça para observação direta dos usos pelos agentes sociais mais frequentes no local, cujas ações refletem mais diretamente na conservação. O trabalho de campo constou, portanto da observação *in loco*, do registro fotográfico dos ambientes da praça e das atividades identificadas. Foram ainda realizadas entrevistas abertas com os sujeitos moradores do entorno da praça que vivenciam os principais problemas relacionados à conservação daquele espaço público. As visitas foram efetivadas durante o período diurno, e em vários dias da semana, inclusive aos sábados e domingos, tendo em vista a configuração diferenciada de usos do espaço em cada um destes dias.

2. DA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA ATÉ O TOMBAMENTO FEDERAL COMO JARDIM HISTÓRICO

A Praça Faria Neves caracteriza-se por uma situação peculiar por situar-se bem em frente ao antigo Horto Zoobotânico, hoje Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI) e mais conhecido como o jardim zoológico localizado na Zona Oeste da cidade. Há ainda, nas suas cercanias, a Reserva Ecológica de Dois Irmãos e a Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA) Sítio dos Pintos. O Parque é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral sob responsabilidade do governo do estado; já a Reserva Ecológica e a ZEPA estão na alçada municipal (SEMAS, 2014). Também por essa localização e a íntima relação com o zoológico desde sua criação, é mais conhecida como Praça de Dois Irmãos, antiga denominação, que inclusive, é o nome do próprio bairro em que se encontra (Figura 1).

Figura 1 – Localização da Praça Faria Neves (destacada pela linha vermelha)

Fonte: Prefeitura do Recife (Ortofotos de 2013-2014), organizado pelos autores (2017).

Desse modo, percebe-se que a praça é uma referência espacial importante não só para a localização do Parque Dois Irmãos, mas para o bairro, pois está em frente a um dos portões do Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) localizada no lado oposto ao parque, na sua face sul. Também encontra-se em frente a uma casa de eventos conhecida como “Usina Dois Irmãos”, funcionando atualmente como local para realização de festas privadas como formaturas e casamentos e que resultou da requalificação de uma antiga estação da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). A praça abriga inclusive uma parada de ônibus que atende seis linhas de integração ligando o bairro e o zoológico², em especial, com o restante da cidade.

O espaço público em tela foi construído em 1958 pela Prefeitura de Recife sob a gestão do prefeito Pelópidas Silveira, que convidou o paisagista Roberto Burle Marx³ para elaborar o projeto. É importante ressaltar que o paisagista é autor de vasta obra na qual estão incluídos outras praças e parques, não só em Recife e outras cidades brasileiras, mas também no exterior. Os atributos históricos e artísticos de seus trabalhos têm sido amplamente ressaltados pela comunidade de arquitetos, artistas e agentes da preservação do patrimônio cultural (SÁ CARNEIRO, 2007).

A praça tem como ponto focal um brinquedo de concreto desenhado pelo próprio paisagista para atender à recreação das famílias da vila dos funcionários da Companhia do Beberibe, antiga COMPESA. Também se constitui historicamente em um local de circulação de pessoas vindas de outros bairros, pois antes da inauguração do projeto paisagístico, nela existia uma estação do bonde elétrico de Recife, que durante décadas foi o principal meio de transporte público coletivo que dava acesso aos arrabaldes da cidade, e notadamente, à esta área de visitação ao antigo Horto⁴, hoje Parque de Dois Irmãos (SEMAS, 2014).

Em meados dos anos 2000, quase 40 anos após a sua inauguração, o projeto original da praça encontrava-se bastante modificado pelo uso intenso e pouco regulamentado e pela falta de ações de conservação. A praça, além de *foyer* para o caudaloso público que sempre acometeu ao Horto, estava sendo utilizada como estacionamento para ônibus, caminhões e carros dos visitantes do Parque Dois Irmãos e das demais instituições vizinhas, bem como abrigava equipamentos da “Festa da Criança” que ocorria em outubro de cada ano. Estas práticas, por um lado, danificavam a vegetação, mas, por outro, reforçavam no imaginário geográfico da cidade, a imagem da Praça Faria Neves como um lugar de lazer e recreação infantil, conforme preconizou o projeto do paisagista.

Assim, por iniciativa do grupo de pesquisa do Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE que negociou e convenceu a Prefeitura do Recife da relevância desse jardim para a cidade, deu-se início ao projeto de restauração que foi concluído em 2006. Vale destacar a importância da participação da população, desde o

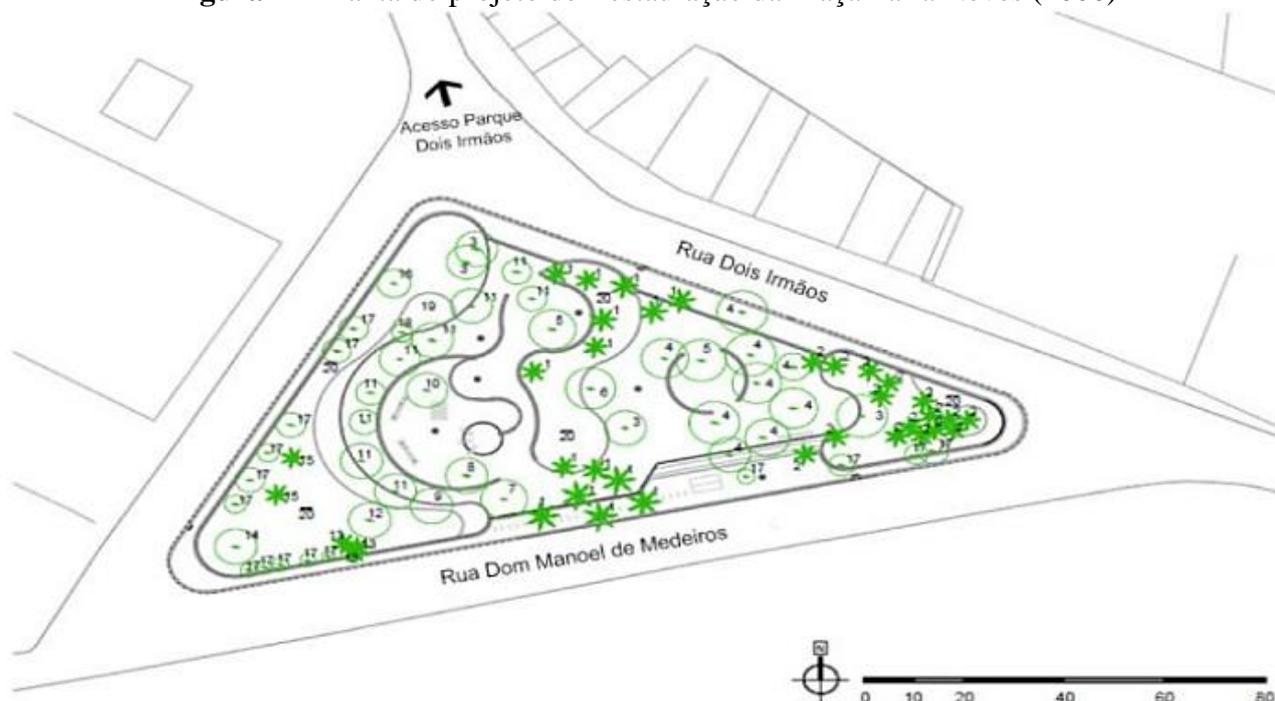
princípio, neste processo de restauro, tendo em vista que a equipe de pesquisadores levou em conta a existência de reclamações da comunidade do entorno da praça junto à prefeitura do Recife para resolução dos conflitos espaciais ligados ao uso da praça como estacionamento, ponto de ônibus e espaço para festa.

Desse modo, o projeto de restauração (Figura 2) foi pensado a partir de pesquisa bibliográfica, fotográfica e documental bem como do estudo da vegetação com o inventário botânico, uma vez que o projeto original não foi encontrado. Esforços foram feitos para a recomposição do brinquedo de concreto (Figura 3), que funcionava como uma escultura e atraía os visitantes para a interação com o espaço. Realizaram-se entrevistas para investigação sobre a memória oral dos antigos moradores da área de entorno com o objetivo de tentar levantar informações que pudessem embasar o projeto de restauração e torná-lo o mais aproximado possível das características originais (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2007, p. 10), incrementando seus usos sustentáveis.

A pesquisa para o projeto de restauração incluiu não só informações levantadas sobre a própria Praça Faria Neves, mas também sobre o legado deixado por Burle Marx referente à criação de outros cinco jardins históricos públicos no Recife, a saber: a Praça Euclides da Cunha ou Cactário da Madalena (1935), a Praça de Casa Forte (1935), a Praça do Derby (1936), a Praça da República e Jardim do Palácio do Campo das Princesas (1937) e a Praça Salgado Filho ou do Aeroporto (1957) (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2003).

No sentido de garantir políticas públicas efetivas de preservação para essas praças-jardins públicos, em 2008⁵, foi feita a solicitação de tombamento ao IPHAN. Em 2015, o tombamento desse conjunto de praças projetadas por Burle Marx foi aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN (IPHAN, 2015) e, em 2017 (IPHAN, 2017), estes bens foram inscritos como jardins históricos em três livros de tomo do patrimônio cultural brasileiro: livro Histórico, livro de Belas Artes e livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Figura 2 – Planta do projeto de Restauração da Praça Faria Neves (2006)



Fonte: Sá Carneiro e Silva (2017).

Figura 3 – Área dos brinquedos infantis na Praça Faria Neves após a restauração: destaque para brinquedo de concreto utilizado por criança



Fonte: Elaborado por Ana Martins (2017).

A inscrição nesses livros remete ao significado do jardim histórico para a sociedade e justifica sua importância enquanto um bem cultural a ser protegido: o jardim histórico é um documento, um registro de um tempo e de um modo de ver a natureza e sua relação com o homem; é também um “monumento vivo”, como apregoa a Carta de Florença⁶, lançada em 1981 (IPHAN, 2010), cuja vegetação é o principal elemento da obra de arte que é o jardim, cuja combinação dos elementos de volumetria, cor, texturas, altura e diâmetro das árvores, presença ou ausência de lagos e outros elementos decorativos como pontes, confere ao espaço uma composição única como numa pintura de paisagem (SÁ CARNEIRO; MESQUITA, 2003, p. 8). Especificamente em relação aos jardins de Burle Marx no Recife, o parecer favorável à proteção destacou a busca pela composição vegetal a partir de plantas genuinamente brasileiras como um caminho para construção de uma identidade cultural nacional, “a brasilidade” (IPHAN, 2015, p. 6-7).

Com o tombamento, a preocupação passou a ser a construção de planos de gestão da conservação desses jardins históricos. O desafio ora colocado é pensar em diretrizes de conservação que atendam ao duplo caráter dos bens: são jardins históricos que ao mesmo tempo estão inseridos na dinâmica urbana e se constituem também espaços públicos da cidade. Dessa forma, acabam por concentrar sérios conflitos pela falta de clareza e orientação em relação a maneira como podem ser utilizados. Todavia, não se pode perder de vista que o próprio idealizador da praça prezava pelos espaços franqueados ao público, que pudesse usufruir de suas belezas e oportunidades de lazer como a contemplação e a recreação.

3. ESPAÇO PÚBLICO E PATRIMÔNIO

O tombamento das praças de Burle Marx no Recife traz à tona a discussão sobre o uso dos espaços públicos tornados patrimônio cultural que estão sob chancela do Estado. Em geral, esse tema tem sido abordado pelos estudos urbanos através da ótica do uso do patrimônio para o marketing urbano e a competição turística entre as cidades, uma abordagem fundamental para os estudos de centros históricos tombados e revitalizados.

O caso da Praça Faria Neves é diferente. Em função de sua localização geográfica no contexto urbano e por dispor de equipamentos com função lúdica de recreação infantil, a praça vem sendo bastante utilizada pela população para o lazer, fato que, diante do notório abandono ou subutilização comum a vários espaços públicos recifenses, deveria ser visto como um trunfo. É importante pontuar ainda que a apropriação pela população como espaço público de lazer deu-se bem antes de sua restauração e tombamento, sendo que esta forma de utilização guarda profunda relação com a visita ao zoológico, conforme já destacado. Esse objeto renova o nosso olhar para o tema do uso e conservação de bens tombados, assim como, leva à reflexão sobre as atividades socioculturais realizadas pelos agentes sociais e seus rebatimentos na conservação da praça como espaço público e patrimônio cultural.

O espaço público como conceito acadêmico extrapola a noção trazida pelo senso comum que o caracteriza apenas como área de propriedade do estado, aberta ao cidadão, com ampla acessibilidade e circulação de pessoas, tais como ruas, parques, praças, praias, etc. Portanto, partindo desta revisão conceitual podemos elencar três dimensões importantes para constituição do espaço público: a dimensão do espaço urbano com seus múltiplos agentes sociais; a dimensão do debate político dado pela coexistência entre pessoas e grupos com diferentes visões sobre a cidade; e a dimensão simbólica do espaço.

Segundo o geógrafo Gomes (2012), que fez uma revisão sobre o conceito pelas ciências humanas, destacam-se a existência de duas acepções mais comuns de espaço público: como *área física* sobre a qual a gestão e o planejamento urbano se aplicam sejam ruas, praças e parques; e a outra acepção que trata o espaço público como *espaço abstrato* das relações políticas que são fundamentais ao desenvolvimento e reprodução do sistema democrático e republicano, um tema que tem sido objeto de trabalho da Ciência Política e da Sociologia.

Para Gomes (2012), os estudos sobre espaço público quase sempre acabam por se deter exclusivamente em uma ou outra acepção, o que, segundo ele, limitaria a própria gestão desses espaços. Nesse caso, o autor propõe, então, que se compreenda o espaço público na perspectiva do *espaço geográfico*. Desse modo, reivindica que o pesquisador do espaço público possa apropriar-se primeiramente do referencial teórico sobre o espaço geográfico, o que significa pensar o espaço tanto a partir das relações sociais como do substrato material e físico que o compõe.

Uma outra dimensão importante a ser considerada sobre o conceito é aquela destacada por Maciel (2005): a dimensão simbólica e do imaginário na constituição desses espaços públicos urbanos a partir da vivência dos indivíduos e de sua relação com a paisagem da cidade. De fato, para ele a elaboração dessas imagens simbólicas pelos indivíduos e grupos sociais são condições indispensáveis à identidade dos espaços públicos. É preciso que estes espaços sejam imaginados, forjados e desejados, criando sentidos e imagens convergentes, isto é, representações mais ou menos consensuais.

Em nossa opinião, ao pôr em relevo as correlações entre certas fisionomias e um imaginário social, a paisagem descortina um horizonte mais vasto para o desenvolvimento da questão das identidades que concorrem para a eleição, manutenção e transformação de determinados lugares em representantes privilegiados de valores e aspirações da sociedade. Neste sentido, o conceito de paisagem metonímica pode ser útil para a análise do espaço público posto que evidencia, tanto o processo de simbolização (narrativas e mitos unificadores), quanto a materialidade (ambiente, fisionomias) presentes na sua constituição enquanto um projeto da modernidade (MACIEL, 2005, p. 13).

Assim, ao se analisar a Praça Faria Neves, deve-se considerar a sua inserção em uma parte da cidade ainda marcada por expressivas áreas verdes, remetendo ao ambiente original de mata atlântica ou à paisagem campestre. Até mesmo a universidade que ali se encontra, não por acaso, é a

Universidade Federal Rural. Isto torna o local peculiar, por exemplo, se comparado a outros espaços livres mais próximos ao conturbado centro da capital.

Com base nessa discussão, compreende-se que a Praça Faria Neves constitui um espaço público, uma vez que desde sua construção como um jardim foi pensado também como uma área pública de acesso dos cidadãos aos arrabaldes de Recife e ao Horto Zoobotânico, de passagem, mas também e sobretudo de lazer, um espaço que atrai e congrega visitantes e moradores do bairro de Dois Irmãos.

4. ATIVIDADES DE LAZER E RECREAÇÃO REALIZADAS NA PRAÇA FARIA NEVES

Atualmente, as atividades de lazer e recreação que se estabelecem na Praça Faria Neves ocorrem geralmente durante os finais de semana com a instalação dos brinquedos móveis de aluguel nas ruas ao redor da praça, já que não é permitida a fixação de estruturas sobre a mesma. Durante os dias de semana, o fluxo de pessoas é menos intenso, com exceção da quarta feira, quando ocorre uma feira agroecológica das 6h às 11h da manhã. As atividades concentram-se principalmente nos dias de domingo para contemplar o público infantil e os visitantes do Parque Estadual Dois Irmãos (zoológico).

A partir das visitas à campo pode-se observar a instalação provisória de brinquedos na praça como pula-pula, cama elástica, e a presença de pôneis para passeios com as crianças (ver figuras 4 e 5). As atividades atraem bastante os visitantes aos finais de semana, que são, em geral, famílias com crianças de todas as idades, frequentadores ou não do zoológico.

Neste aspecto, pensar a Praça Faria Neves como um espaço público de lazer e recreação, ao mesmo tempo em que é um jardim histórico no contexto urbano de Recife, nos remete a Lefebvre (2008) para quem o urbano é o lugar de manifestações de conflitos, pois, a lógica do espaço do ponto de vista do planejamento urbano tem caráter racional e civilizatório, podendo ser pouco sensível à lógica local dos que vivenciam o espaço, para os que buscam transformá-lo em lugar de ação cotidiana da manifestação dos desejos.

Figura 4 – Carrinhos motorizados, quadriciclos, para passeio, à direita, e barracas de lanche instaladas na rua ao lado da praça (vista a partir do banco em frente ao parque infantil)



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

Figura 5 – Brinquedos “pula-pula” e cama elástica instalados na rua ao lado da praça. E os passeadores de pôneis com crinas coloridas artificialmente sobre a calçada



Fonte: Elaborada pelos autores (2017).

É o que se observa em relação à oferta de passeio de pôneis, por exemplo. Os animais são levados à praça, geralmente com as crinas tingidas de rosa para atrair as crianças a ingressarem na experiência dos passeios de montaria. A atividade é criticada por uma parte de gestores e especialistas, por ameaçar a conservação do jardim histórico – uma vez que os animais se alimentam da vegetação e deixam excrementos no local -, mas, ao mesmo tempo, há quem não veja problemas na presença dos animais, uma vez que este tipo de atividade é comum em muitos outros espaços públicos, inclusive em jardins conhecidos internacionalmente⁷, que atraem visitantes ao zoológico e à própria praça. Inclusive no levantamento de informações no campo tivemos o depoimento de moradores⁸ que foram favoráveis à presença dos pôneis por serem uma forma de agregar pessoas e crianças “dando vida” ao local.

Analisando brevemente o contexto de desenvolvimento dessa atividade na praça, é possível considerar que a oferta de passeios de pôneis tenha ocorrido em função da expectativa da população usuária de que ali deve ser um local de diversão infantil por um lado, e por outro, de que é um espaço para a aproximação com a natureza. Existe, sim, a perceptível associação à ideia do bucólico que o espaço nos remete devido à presença marcante da vegetação, o que caracteriza o jardim, e também que caracteriza os arredores da praça, tendo em vista que está inserida numa das poucas áreas remanescentes de mata atlântica do município.

Destarte, esta prática de passeio de pôneis pode ser compreendida como uma forma de manifestação popular do desejo de aproximação com a natureza no ambiente urbano, ocorrendo em outros momentos e lugares, como nas festas de São João no Sítio da Trindade, tradicional parque da zona norte do Recife e na Praça Souto Filho no bairro da Jaqueira, todo final de semana. Analisando por esta perspectiva, e considerando o imaginário social e a procura do público por esta atividade cultural e de lazer, acredita-se que há neste conflito entre especialistas e usuários uma oportunidade de se pensar sobre a compatibilização dessa atividade no jardim histórico, tendo em vista sua propensa incorporação ao cotidiano da praça.

Entretanto, esta atividade apenas será viável se pensada de maneira sustentável, com materiais e métodos adequados que deverão ser discutidos e monitorados pela Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – EMLURB/PCR e pelo regulamento de uso e de proteção do jardim

histórico, onde a prática da montaria possa contribuir para a conservação e divulgação da importância da praça enquanto um bem cultural.

Esse exemplo nos encaminha à discussão mais ampla sobre a relação entre os usuários envolvidos nas atividades de recreação e lazer: agentes do poder público, no caso representantes das entidades gestoras da Prefeitura Municipal de Recife, como a EMLURB e a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU. Durante a pesquisa de campo nos pareceu que o diálogo com os usuários e comerciantes envolvidos naquelas atividades supracitadas é pouco esclarecedor nesse sentido, por resumir-se muitas das vezes às proibições de ações pontuais como a colocação de estruturas sobre a praça.

Nesse sentido, a pesquisa documental apontou que não há, até o momento, instrumentos normativos que proponham diretrizes claras sobre os usos permitidos na praça, pois não se localizou nenhuma norma⁹ ou lei que regulamente o uso de parques e praças no Recife.

A despeito disso, observou-se a partir dos trabalhos de campo, um certo consenso entre comerciantes de brinquedos e de alimentação que parecem dispor das mesmas informações básicas sobre os usos não permitidos como: não fixação de estruturas na praça ou cadeiras ou mesas para lanche, disposição de lixeiras próximas às barracas, não colocação de placas de propaganda sobre os canteiros, baixo acúmulo de lixo, além do cuidado com as árvores. Acredita-se que isso se deva à fiscalização esporádica das atividades comerciais pela EMLURB, quanto ao próprio processo de restauração da praça que despertou a temática da preservação do patrimônio.

Há certa unanimidade entre os autores consultados de que o espaço público para se manter como tal deve ter seu uso condicionado às normas predefinidas. A civilidade de seus usuários e o respeito à alteridade aparecem como princípios basilares para a boa conservação desses espaços. Entretanto na prática, existem algumas ações comuns que vão de encontro a estes princípios e descaracterizam os espaços públicos. Privilegiando sua geograficidade, tais espaços devem ser concebidos como lugares concretos de onde se tece a unidade instável da sociedade moderna (BERDOULAY; CASTRO; GOMES, 2001). As atividades cotidianas ali propiciadas deveriam aglutinar os sujeitos a um ambiente, mobilizando princípios e condições necessárias a uma dinâmica de coexistência socioespacial (MACIEL, 2005).

5. DO USO AOS DESAFIOS PARA A GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DO ESPAÇO PÚBLICO

Hoje, a praça é usada para diferentes atividades e por agentes de grupos sociais distintos, além dos moradores dos arredores e visitantes do parque que também usam a praça para o lazer e recreação infantil. Registra-se também a presença de funcionários do Laboratório Farmacêutico de Pernambuco (LAFEPE) e do Parque Dois Irmãos; vendedores ambulantes; técnicos municipais; comerciantes do entorno (restaurantes, lojas de varejo, entre outros); estudantes, professores e técnicos da UFRPE; policiais civis, entre outros.

Tendo em vista esta pluralidade de agentes sociais e de usos percebe-se que a praça é um espaço que promove o debate político, para além do atendimento aos critérios de acessibilidade, visibilidade e reconhecimento da alteridade elencados por Gomes (2012). Conforme já pontuado, a coexistência de diferentes grupos que procuram o local certamente tem garantido os conflitos ideológicos, ou como nos fala Leite (2008, p. 44-45) as “dissensões de significados” sobre aquele lugar, como foi exemplificado com o caso dos passeios de pôneis.

A conservação do jardim histórico de Burle Marx que compõe também o caráter da Praça Faria Neves pelo poder público e pela comunidade de usuários é uma importante ação a ser considerada nesse debate sobre o uso do espaço público para o lazer. Esta pressupõe o estabelecimento do diálogo entre os atores sociais que utilizam a Praça Faria Neves no sentido de criar consensos sobre seu uso, debate que precisa ser seguido do cumprimento de regras de boa

convivência que respeitem o caráter histórico do bem patrimonial e os serviços ecológicos por ele prestados.

A respeito das formas de se fazer a gestão da conservação integrada do patrimônio cultural, a arquiteta Virgínia Pontual ressalta a necessidade de se pensar, nos dias atuais, numa gestão compartilhada desses espaços patrimonializados, considerando, que esta é a tendência contemporânea na gestão pública: “marcada pela descentralização das decisões e das responsabilidades políticas e pela participação da sociedade nas escolhas de alternativas de desenvolvimento” (PONTUAL, 2002, p. 113).

Essa visão democrática e participativa, enfrenta dois principais desafios: um seria o de preservar o que ela chama de “vestígios da história”, fazendo referência ao caráter memorial do patrimônio. E outro:

Quando se trata especificamente de sítios históricos, acresce-se aos desafios comuns à gestão das cidades o de adaptá-las às necessidades contemporâneas. Esse desafio está aliado à necessidade de prolongar a vida útil de um bem cultural e valorizar suas características históricas e artísticas, sem perda de sua autenticidade e significado (PONTUAL, 2002, p. 113-114).

Pontual (2002), apoiada nessa concepção de gestão, bem como nas recomendações internacionais para a preservação do patrimônio, elenca ainda uma série de pré-requisitos que devem estar na base do planejamento das ações de conservação e que vão além das obras de intervenções urbanas e arquitetônicas.

Estes pré-requisitos para conservação, estão ligados as diferentes etapas da gestão, que na perspectiva de Pontual (2002), podem ocorrer de maneira simultânea e integrada¹⁰, indo desde a sensibilização da sociedade quanto à importância dos bens culturais e à criação de normas oficiais, criação de organizações representativas do sítio que deve incluir diversos grupos interessados e passa pela produção de informação e conhecimento sobre o bem através de instrumentos como inventários e pesquisa histórica, tudo isso seguido da realização de contínuo monitoramento do estado de conservação daquele patrimônio.

Desse modo, tendo em vista a complexidade do processo de gestão supracitado, que envolve inclusive diversas outras dimensões¹¹ além do lazer, e a fim de realizar uma reflexão acerca da gestão da conservação da Praça Faria Neves no Recife, buscamos fazer o exercício de pensar em um quadro dos pré-requisitos apresentados pela autora (Quadro 1), explicitando mais detalhadamente como poderia se aplicar ao objeto empírico deste estudo:

O IV princípio elencado por Pontual (2002), deve ser entendido como uma ação que contempla um outro princípio maior, garantido em lei pelo Estatuto da Cidade e o Plano Diretor (PD) da cidade do Recife que é a gestão democrática, a qual compreende os espaços públicos enquanto espaços de possibilidade de mobilização coletiva e interação entre gestores públicos e agentes locais.

Como exemplo, no início da década de 2010, uma forma de organização social chamada “Comissão de usuários” teve como objetivo, reunir os diversos segmentos que faziam uso das Redes de Equipamentos Municipais de Esporte e Lazer, como representantes de comércios, órgãos e entidades que utilizavam o local, além de membros da administração pública para organizar o funcionamento e manutenção de cada equipamento, estimulando a participação, abrindo possibilidades para a realização das demandas locais e o exercício da democracia (BORGES *et al.*, 2010).

Quadro 1 – Pré-requisitos para pensar ações de Gestão da Conservação no caso da Praça Faria Neves, Recife

PRÉ-REQUISITO (adaptado de Pontual, 2002)	AÇÕES SUGERIDAS PARA O CASO DA PRAÇA FARIA NEVES
---	--

I- Promoção da sensibilidade da sociedade para a importância do bem cultural	A sensibilização dos sujeitos sociais implicados dar-se-á primeiramente a partir da identificação desses grupos e da inserção de ações educativas em seu cotidiano. Do ponto de vista da necessidade de formalização de um calendário para ações de sensibilização, pode-se desenvolver projetos de educação patrimonial atrelados ao calendário escolar, com a inserção da temática da conservação da Praça-jardim nos ambientes formais de ensino, como escolas de Educação Básica e mesmo de Ensino Superior presentes no bairro Dois Irmãos e comunidades adjacentes. Paralelamente, em escala mais ampla, é preciso produzir materiais de sensibilização como vídeos, cartilhas e mesmo a realização de performances que usem aquele espaço público como teatro e visitas guiadas para os visitantes da Praça (que em geral também são visitantes do Parque Dois Irmãos) por meio de roteiros geoturísticos incentivando a contemplação do repertório vegetal regional, dos espaços de estar e do mobiliário artístico.
II- Garantia da manutenção e conservação das qualidades e valores da configuração urbana e arquitetônica;	As normas de uso de um espaço a ser preservado precisam dialogar com as necessidades da população. Os usos expressam-se através das atividades dos moradores, visitantes do Recife e de outras localidades, funcionários das instituições vizinhas como PEDI, da Usina Dois Irmãos, Universidade Federal Rural de Pernambuco, COMPESA, comerciantes ambulantes e fixos. Logo, o plano de gestão da praça deve ter um olhar atento às metodologias participativas que possam evidenciar a diversidade de usos e demandas locais por lazer e recreação. Como exemplo, destacam-se os mapeamentos participativos, a exemplo dos “Mapas falados” ¹³ , em que a comunidade pode relatar sobre memórias e expectativas relacionadas ao espaço.
III- Promover o contínuo monitoramento do estado de conservação e estratégias de sustentação	Através de uma gestão compartilhada com mais agentes envolvidos seria possível obter resultados melhores na conservação da Praça. Os representantes das demais instituições do entorno imediato do bem, como gestores do Parque Dois Irmãos, da Usina Dois Irmãos, Universidade Federal Rural, COMPESA e estabelecimentos comerciais como restaurantes e lojas, devem ser sensibilizados a se sentirem responsáveis pela manutenção do espaço, desenvolvendo a noção de cuidado e realizando a vigilância do bem com observação mais sistemática dos usos.
IV- Criação da comissão do sítio, com a representação dos diversos grupos sociais interessados em seu uso e preservação	A comissão do sítio deverá ser composta por todos os agentes interessados na conservação do espaço, tais como representantes dos moradores da comunidade local; representantes do LAFEPE, a instituição adotante da praça e responsável direta por parte de sua manutenção; representantes do Parque Estadual Dois Irmãos; da Usina Dois Irmãos, da Prefeitura do Recife, através da EMLURB e Secretaria de Transportes, da UFPE, através dos departamentos de Botânica, Arquitetura e Urbanismo, Educação Física e Administração e da UFRPE, através dos seus departamentos de Educação Física e Ciências Biológicas. Essa comissão deverá realizar reuniões periódicas de forma a conhecer e atender às demandas necessárias para a preservação, manutenção e valorização do jardim histórico como patrimônio cultural.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A experiência da Comissão de usuários nos anos de 2002 a 2012, é a fonte de inspiração para a implementação do modelo de gestão da Praça Faria Neves que pretendemos propor, aliada as atividades sistemáticas de esporte e lazer acompanhadas pelos agentes comunitários¹⁴ de esporte e lazer.

A atuação do agente comunitário de esporte lazer nas comunidades e espaços públicos se faz: organizando, potencializando o tempo livre e mantendo a ordem na realização das atividades de iniciação esportiva e culturais, sobretudo a partir de uma perspectiva saneadora e terapêutica, quanto à violência, uma vez que há interditos sobre o uso de drogas pelos usuários nos equipamentos públicos.

É importante notar que todos os pré-requisitos apontados pela autora tomam como pressuposto a necessidade de fortalecer a noção de significância cultural¹² do bem, então legitimada pelos sujeitos sociais diretamente ligados a ele. Portanto, fica evidenciado que os grupos de sujeitos precisam ser identificados e convidados a participar do processo de gestão da conservação desses espaços públicos patrimonializados, a fim de expressarem suas expectativas sobre o lugar, para que as estratégias de intervenção que valorizem a praça sejam convertidas para todos os envolvidos, evitando que a escolha seja realizada somente por técnicos e especialistas. Assim, as orientações quanto às medidas de conservação do bem cultural e do espaço público serão um resultado conjunto e poderão reverberar de fato junto aos diversos sujeitos que convivem com a Praça.

CONCLUSÕES

Uma vez que a Praça Faria Neves se constitui em um jardim histórico, tombado pelo IPHAN e, ao mesmo tempo, está inserida em uma unidade de conservação protegida pela prefeitura do Recife, impõem-se sobre esse espaço público uma forte restrição à alteração em sua estrutura para qualquer finalidade.

Desse modo, um dos principais desafios da gestão desse espaço está em saber aproveitá-lo não somente como espaço de lazer para crianças e contemplação para os adultos, mas também para atender às atuais demandas dos usuários. Sobre essa questão Marcellino *et al.* (2007, p. 145) observa que “muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização dos espaços, destinando-se a própria função original, ou com as adaptações necessárias a outras finalidades”.

Como observado em campo e através de entrevistas realizadas com moradores, há alternativas que permitem a realização de atividade física, acompanhada por profissionais habilitados sem a necessidade de interferência na estrutura do espaço, como por exemplo a ginástica laboral e atividades de recreação utilizando o espaço existente destinado às brincadeiras infantis. Esta possibilidade está prevista num documento importante para pensar a orientação dos usos em espaços desse tipo é a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros ou Carta de Juiz de Fora (IPHAN, 2010).

A Carta de Juiz de Fora diz que a proteção legal visa resguardar o sítio contra qualquer dano, fornecendo instruções e medidas apropriadas, como punição ou compensação por prejuízos ocasionados, devendo ser antes instrumento educativo do que repressivo e que a proteção de um jardim histórico deve fazer parte dos planos de desenvolvimento local e regional. Ressalta ainda a “reutilização de um bem cultural e sua adaptação a novos usos, observando aquilo que lhe é essencial: o abrigo de atividades humanas [...] para o desenvolvimento de atividades como as recreativas, de lazer, contemplação, esporte, etc.” (IPHAN, 2010 p.8).

Entretanto, é necessário que o poder público disponha de profissionais para esse tipo de atividade no intuito de atender às demandas não só deste, mas também de outros espaços públicos. Mesmo sem fazer referência direta à necessidade de pessoal habilitado nas atividades, a Carta recomenda a capacitação da mão de obra, em todos os níveis e programas contínuos de educação patrimonial, ressaltando a importância das atividades de recreação e lazer serem organizadas, nos remetendo automaticamente à necessidade de regulamentação do trabalho do agente comunitário de esporte e lazer para atuação nos espaços públicos.

Enfim, como conciliar o uso de um espaço público com a condição de jardim histórico? Esta pesquisa traz elementos que permitem pensar alternativas para a conciliação entre as atividades socioculturais na Praça Faria Neves, o diálogo entre os atores sociais identificados e os representantes do poder público que operam os instrumentos de gestão deste espaço público.

Com este trabalho pretendeu-se salientar o diálogo dos princípios da conservação com uma visão democrática do uso dos espaços públicos, trazendo como itens de destaque a criação da Comissão de usuários e a oferta de atividades de lazer acompanhadas por profissionais. Desse modo,

são fundamentais o planejamento e a organização participativa desse espaço público, sem perder de vista a manutenção do caráter histórico e patrimonial do jardim.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores Tomás Lapa e Onilda G. Bezerra pelos conhecimentos compartilhados e debates profícuos ao ministrarem, no 2º semestre de 2016, em colaboração com a profa. Ana Rita Sá Carneiro, a disciplina Conservação dos espaços públicos e da paisagem desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE) a qual foi fundamental para o desenvolvimento deste texto.

NOTAS

¹ Gentrificação é a substituição de uma população de classe baixa que ocupa um bairro urbano, por outra de classe mais alta. Pode ser dito também que é a conversão de uma área antiga, em um bairro mais afluyente, pela reforma das habitações, resultando em um aumento do valor dos imóveis, e a expulsão da população original mais pobre (MONTEIRO, 2002).

² Informação obtida no site da Grande Recife Consórcio de Transportes: http://200.238.84.28/site/consulta/itinerarios_linhas_logradouro.asp (Acesso em 20/01/2017).

³ Burle Marx também projetou o calçadão de Copacabana e o Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro e o jardim da Pampulha, em Belo Horizonte que foram tombados pelo IPHAN através do processo nº 01498.000892/2008 -22 nas Fls 151/172.

⁴ O Horto Zoobotânico foi inaugurado com esta denominação em 1939, mas já existia como horto florestal desde 1916, segundo informações cronológicas disponíveis no seu Plano de Manejo (SEMAS, 2014). Já a circulação de bondes nessa região data de 1917, quando os trilhos da linha foram implantados na área onde hoje é a Praça Faria Neves (SÁ CARNEIRO *et al.*, 2007). Cabe situar que os bondes elétricos circularam em Recife entre 1914 e 1957 (COSTA, 2001, p. 73-76), isto é, um ano antes da inauguração do projeto de Burle Marx aqui discutido.

⁵ Informação retirada do texto “Seis jardins públicos do Recife (PE) podem ser considerados patrimônio cultural brasileiro” publicado em 2015 no boletim de notícias do site do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/943>>acessado em jan./2017. A solicitação foi feita pelo Laboratório da Paisagem do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

⁶ Carta de Florença (1981) é um dos documentos de referência no âmbito internacional para pensar a gestão dos jardins históricos elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e pelo Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos, hoje, de Paisagens Culturais (ICOMOS/IFLA).

⁷ Trata-se do Jardim de Luxemburgo em Paris, França que dispõe de passeios de pônei e burro, além de uma série de programações culturais como apresentações musicais gratuitas em um quiosque, jogos e atividades educativas para crianças estimulando não só o turismo cultural, mas também o uso pelos próprios cidadãos (MELO, 2013). O mesmo acontece na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Os especialistas apontam os danos à vegetação (alimento) e a falta de higiene pelos dejetos deixados no local.

⁸ Sr. N. (*in memoriam*) é um dos moradores mais antigos que reside em frente à praça; ele e seus familiares demonstraram-se favoráveis ao passeio de pôneis como atrativo para o público infantil e dinamização do ambiente da praça (entrevista em agosto/2016).

⁹ Registra-se aqui a tentativa de regulamentação do uso de espaços públicos através da portaria nº 015/2015 da EMLURB, destinada ao uso dos parques urbanos. Devido a forma como foi imposta, gerou grande polêmica e acabou sendo revogada quatro dias após sua publicação por causa da pressão popular que rechaçou a norma por restringir práticas comuns dos usuários desses espaços públicos como piqueniques e atividades esportivas. Na época, a prefeitura reconheceu a carência de maior diálogo com os grupos interessados. Considera-se um avanço a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, 2010, que orienta o uso dos jardins históricos, ainda sendo assimilado pelos técnicos responsáveis pela manutenção.

¹⁰ Modelo Zancheti & Jokilehto utilizado e aprimorado pelos pesquisadores do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) em várias pesquisas e projetos de intervenção urbana no Recife e em Olinda, PE (Cf. JOKILEHTO, 2002).

¹¹ Nas discussões da disciplina do MDU foi possível elencar dimensões de gestão integrada da praça como infraestrutura, botânica, arquitetura, lazer e cultura e educação patrimonial.

¹² Segundo a Carta de Burra (IPHAN, 2006), significância cultural ou significado cultural diz respeito ao valor estético, científico, econômico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais ou futuras. Está incorporado no próprio sítio e podem ter variações de valor para indivíduos de grupos diferentes. A expressão é sinônima de significado patrimonial e de valor cultural, pode alterar-se em consequência da continuidade da história do sítio e em consequência de novas informações.

¹³ Metodologia aplicada nos Planos de gestão de Unidades de Conservação Estaduais de Pernambuco como a Mata do Engenho Uchôa, que visa não só inventariar as atividades a serem realizadas, mas efetivamente localizá-las, considerando as características de cada porção do espaço, os recursos disponíveis e as estruturas preexistentes e atividades que historicamente se fazem presentes.

¹⁴ Os agentes comunitários de esporte e lazer são profissionais habilitados nas áreas de ginástica, dança, skate, patins, artes plásticas, circenses, contação de histórias e outras habilidades, cujo trabalho se assemelha a dos agentes comunitários de saúde, na medida em que desenvolvem atividades diretas nas comunidades (BARROS, 2014).

REFERÊNCIAS

BARROS, J. L. **A regulamentação da profissão de agente comunitário de esporte e lazer na cidade do Recife**. 2014. 44 p. Trabalho de monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade Estácio do Recife, Recife, 2014.

BERDOULAY, V., CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. L'espace publique entre mythe, imaginaire et culture. **Cahiers de géographie du Québec**, Quebec, v. 45, n.126, 2001, p. 413–428.

BORGES, R. C. S. L.; BORGES, G. L. B.; GRANJA, E. J. S.; JESUS, J. B. de; NASCIMENTO, J. A. A Gestão dos Equipamentos de Esporte e Lazer e a Construção da Comissão de Usuários. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE. (org.). **Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social**. 2ª ed. Brasília: Ideal, v.1, 2010, p. 378-391.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001** (Estatuto da Cidade). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jul. 2001.

COSTA, F. A. P. **Arredores do Recife**. 2. ed. Recife: Massangana, 2001.

GOMES, P. C. C. Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I; GOMES, P.; CORREA, R. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 – (v. 1). p. 19-42.

GUIMARAENS, M. C. A. Carta ao Conselho Consultivo do IPHAN encaminhando parecer da conselheira sobre o tombamento dos Jardins de Burle Marx no Recife. **Parecer do processo 1.563 – T- 08 de 11 de novembro de 2015**. Brasília, DF, 2015.

ICOMOS; IFLA. **Carta de Florença**. Florença. ICOMOS-IFLA, 21 maio 1981. Disponível em: <https://bit.ly/2Snpveh>. Acesso em: 30 out. 2017.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Dez de 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2017.

IPHAN. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros dita Carta de Juiz de Fora**. Outubro de 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2510>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

IPHAN. Parecer. **Processo nº 1.563 – T – 08 Jardins de Burle Marx no Recife**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Banco_de_Pareceres_Tombamento_%20Jardins_Historicos_de_Burle_Marx_Recife.pdf. 2015. Acesso em: 10 de março de 2017.

JOKILEHTO, J. Conceitos e ideias sobre Conservação. *In*: ZANCHETTI, S.M. ; JOKILEHTO, J. (Org.) **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, R. P. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.83, 2008. DOI: 10.4000/rccs.436. Disponível em: <http://rccs.revues.org/436>. Acesso em: 13 de jun. 2017.

MACIEL, C. A. A. Espaços públicos e geo-simbolismos na "cidade-estuário": rios, pontes e paisagens do Recife. **Revista de Geografia**, Recife, v. 22, p. 12-20, 2005.

MARCELLINO, N. C. *et al.* O lazer e o patrimônio ambiental urbano (relações): os casos de Piracicaba e Campinas. *In*: ALMEIDA, J. A; SILVA, K. N. P. **Recreação, Esporte e Lazer: espaço, tempo e atitude**. Instituto Tempo Livre, Recife, 2007.

MELO, M. I. O. **Parques urbanos, a natureza na cidade: práticas de lazer e turismo cidadão**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Centro de Excelência em turismo, Universidade de Brasília, 2013.

MONTEIRO, C. Revitalização, habitação em áreas históricas e a questão da gentrificação. *In*: JOKILEHTO, J. *et al.* **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

SEMAS. **Plano de Manejo - Parque Estadual de Dois Irmãos**. Recife: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco, 2014. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/1%20PLANO%20DE%20MANEJO%20com%20lei%2011%20622.pdf;10;20151015.pdf. Acessado em: 15 de out. 2017.

PONTUAL, V. A gestão da conservação integrada. *In*: **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

RECIFE. **Lei nº 17511, de 29 de dezembro de 2008**. Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife.

SÁ CARNEIRO, A. R. S.; FIGUEROA SILVA, A.; MAFRA, F. Restaurando o jardim moderno de Burle Marx: a Praça Faria Neves no Recife-PE. *In*: SEMINÁRIO DOCOMOMO, 7, 2007, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PROPARG UFRGS, 2007.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MESQUITA, L. **Restaurando o Recife de Burle Marx**: a Praça Faria Neves, a Praça do Derby e a Praça Euclides da Cunha. Relatório UFPE/PCR, 2003.

SÁ CARNEIRO, A. R.; MARQUES DA SILVA, J. (*org.*). **Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife**. Recife: Editora UFPE, 2017.

Data de submissão: 27.11.2017

Data de aceite: 15.07.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.